

CARUANA S.A. – SOCIEDADE DE CRÉDITO,
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2026

CARUANA S.A. – SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2026

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis



CARUANA

FIDES - HONOR - LABOR

Demonstrações Contábeis
30 de Junho de 2026

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas e Administradores,

Apresentamos para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Caruana S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Caruana" ou "Sociedade"), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

CENÁRIO MERCADO DE TRANSPORTE

O primeiro semestre de 2026 foi marcado por uma estabilidade do setor de transporte coletivo de passageiros em seus principais indicadores operacionais, destacando-se a manutenção do volume de passageiros equivalentes transportados e da quilometragem total produzida. Observa-se uma consolidação gradual da demanda, ainda que em patamares inferiores aos níveis pré-pandemia.

Apesar do início do ciclo de afrouxamento monetário, o ambiente macroeconômico permaneceu desafiador durante o período com taxas de juros ainda elevadas, impactando as condições de crédito e as decisões de investimento do setor. Nesse contexto, as empresas operadoras de transporte coletivo mantiveram uma postura conservadora em relação à renovação de frota, concentrando-se, majoritariamente, no cumprimento das substituições obrigatórias previstas nos contratos de concessão, bem como na preservação e otimização dos ativos existentes.

Para o segundo semestre de 2026, as perspectivas para o segmento de transporte coletivo por ônibus são favoráveis. A expectativa da manutenção do ciclo de redução das taxas de juros, associada à continuidade da recuperação gradual da demanda e à possível evolução de políticas públicas voltadas à mobilidade urbana e à sustentabilidade, tendem a contribuir para a manutenção de um desempenho operacional consistente. Ainda assim, o setor deverá permanecer atento aos desafios relacionados ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, à evolução dos custos operacionais e à necessidade de investimentos em modernização, eficiência e transição energética.

RESULTADOS

ATIVOS E CARTEIRA DE CRÉDITO

A Caruana encerrou o primeiro semestre de 2026 com ativos totais de R\$ 1.152.354 mil (R\$ 1.110.255 mil em 31 de dezembro de 2025), dos quais as operações de crédito representam R\$ 915.804 mil (R\$ 983.470 mil em 31 de dezembro de 2025) indicando redução de 6,88% no período. O aumento dos ativos deve-se principalmente ao crescimento dos recursos líquidos em Caixa e do estoque de veículos recuperados, disponíveis para venda.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Adotando uma postura conservadora, a Caruana mantém sua estratégia de captação de recursos por meio de uma ampla rede de corretoras, aliada à atuação de sua própria estrutura de distribuição.

As emissões são realizadas sem previsão de resgate antecipado, preservando, assim, um elevado nível de liquidez.

A Caruana encerrou o primeiro semestre de 2026 com um total de R\$ 991.732 mil em recursos captados contra R\$ 945.579 mil em 31 de dezembro de 2025, apresentando aumento de 4,88% no período. Parte dos recursos captados foi alocada em ativos de elevada liquidez, elevando o montante em Caixa, com o objetivo de assegurar antecipadamente os recursos necessários para o cumprimento dos vencimentos de captações previstos para o segundo semestre.

PATRIMÔNIO E LUCRO LÍQUIDO

A Sociedade encerrou o primeiro semestre com resultado líquido de R\$ 6.354 mil (contra prejuízo de R\$ 1.171 mil no mesmo período do exercício anterior). Tal desempenho foi oriundo da melhora da margem operacional e de recuperações de crédito. O Patrimônio Líquido totalizou R\$ 135.213 mil, frente aos R\$ 128.912 mil apurados em 31 de dezembro de 2025.

RECEITAS

Em consonância com seu planejamento estratégico, a Caruana vem direcionando esforços para ampliar suas receitas por meio de operações de crédito e prestação de serviços.

No primeiro semestre de 2026, a receita total de prestação de serviço recuou 7,22%, saindo de R\$ 3.905 mil no primeiro semestre de 2025 para R\$ 3.623 mil.

Somadas, as receitas de intermediação financeira (operações de crédito) e de prestação de serviços apresentaram aumento de 2,76% em relação ao mesmo período do exercício anterior, totalizando R\$ 110.495 mil no primeiro semestre de 2026, ante R\$ 107.527 mil registrados no mesmo período do exercício anterior.

Adicionalmente, o resultado foi impactado por investimentos em tecnologia e por despesas relacionadas à implantação de serviços de meios de pagamento destinados ao setor de transporte de passageiros.

ÍNDICE DE BASILÉIA

O Patrimônio de Referência representou 13.38% dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) em junho de 2026, evidenciando assim, ampla margem em relação ao mínimo regulatório exigido pelo Banco Central do Brasil (10,50%). Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, de risco operacional, mercado, liquidez, crédito e socioambiental encontram-se disponíveis ao público no site da Sociedade.

DESTAQUES

A Caruana manteve sua classificação de **Investment Grade**, divulgada pela agência **Standard & Poor's**, com manutenção da perspectiva estável.

A Sociedade continua em franca operação como Instituição de Pagamento, aumentando ainda mais sua atuação no segmento de varejo por meio da prestação de serviços de pagamento, atendendo ao público alvo do segmento mediante a emissão de cartões pré-pagos e pós-pagos com uma das principais bandeiras do mercado.

Alinhado a sua estratégia, a Caruana permanece operando com o Fundo Garantidor de Investimento (**FGI Tradicional – BNDES**), configurando-se como a primeira instituição a ser aprovada dentro dos novos conceitos de habilitação.

A Sociedade segue investindo em seus Colaboradores com treinamentos, benefícios e instrumentos que possibilitem sua satisfação no âmbito da organização, pois em conjunto com clientes, fornecedores e sistemas de gestão corporativa de informações, constituem seus maiores valores.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes para o desenvolvimento e crescimento da Sociedade.

São Paulo, 27 de agosto de 2026.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretoria da
Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

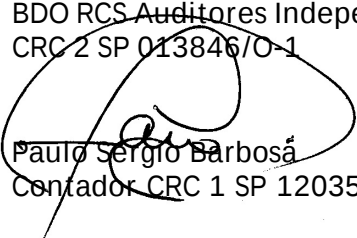


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1



Paulo Sérgio Barbosa
Contador CRC 1 SP 120359/O-8

Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025	Passivo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Diponibilidades	4	8.972	8.756	Instrumentos Financeiros		1.006.711	969.909
Instrumentos Financeiros		1.002.861	988.037	Depósitos		1.005.892	968.386
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4 e 5	39.999	35.015	Depósitos a prazo	11	990.913	944.056
Titulos e Valores Mobiliários	6	19.582	22.127	Outros depósitos	11a	14.979	24.330
Cotas de Fundos de Investimento		1.237	1.150	Recursos de Aceites Cambiais		819	1.523
Vinculados a prestação de garantias		18.345	20.977	Recursos de aceites cambiais	11	748	1.049
Relações Interfinanceiras		84.284	24.686	Recursos de aceites letras financeiras	11	71	474
Operações de Crédito		848.079	902.935	Relações Interfinanceiras		130	122
Setor privado – Empréstimos	7a	488.950	497.470	Transações de pagamento		130	122
Setor privado – Financiamentos	7a	424.642	483.991	Outras Obrigações		10.300	11.312
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7b e 7f	(65.513)	(78.526)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		242	975
Outros Créditos		10.917	3.274	Fiscais e previdenciárias	12a	1.824	884
Valores a receber relativos a transações de pagamento	7a, 7f e 9	464	357	Provisão para riscos	12b e 13b1	5.305	4.944
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7b, 7f e 9	(8)	(20)	Diversas	12b	2.929	4.509
Diversos	9	10.461	2.937	Patrimônio Líquido		135.213	128.912
Outros Valores e Bens		81.546	56.412	Capital Social	14a	131.964	131.964
Outros valores e bens	10	80.883	53.942	(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial		(52)	1
(-) Provisão para desvalorização	10	(2.056)	(1.362)	Lucros/(Prejuizos) Acumulados		3.301	(3.053)
Despesas antecipadas		2.719	3.832				
Ativos Fiscais Diferidos	9	55.591	54.011				
Investimentos		270	270				
Outros Investimentos		270	270				
Imobilizado de Uso		887	791				
Outras imobilizações de uso		4.417	4.146				
(-) Depreciações acumuladas		(3.530)	(3.355)				
Intangível		2.227	1.978				
Ativos intangíveis		10.307	9.734				
(-) Amortização acumulada		(8.080)	(7.756)				
Total do Ativo		1.152.354	1.110.255	Total do Passivo		1.152.354	1.110.255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
Demonstração do resultado para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais, exceto o (prejuízo)/lucro por lote de mil ações)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de intermediação financeira		112.709	108.624
Operações de crédito	7i e 8b	106.872	103.622
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	1.382	1.465
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	4.455	3.537
Despesas de intermediação financeira		(74.684)	(80.995)
Operações de captação no mercado	11a	(75.012)	(71.871)
Reversão/Constituição para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7g	328	(9.124)
Resultado bruto da intermediação financeira		38.025	27.629
Outras receitas/(despesas) operacionais		(30.830)	(28.762)
Receitas de prestação de serviços	15	3.623	3.905
Despesas de pessoal		(5.568)	(5.887)
Outras despesas administrativas	17	(25.884)	(23.213)
Provisões para riscos		(436)	(197)
Despesas tributárias		(2.135)	(2.128)
Outras receitas operacionais	16a	85	13
Outras despesas operacionais	16b	(515)	(1.255)
Resultado operacional		7.195	(1.133)
Resultado não operacional		(1.019)	(64)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		6.176	(1.197)
Imposto de renda e contribuição social corrente	18a	(1.364)	(4.020)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18a	1.542	4.046
Lucro/(Prejuízo) do semestre		6.354	(1.171)
Número de Ações - Média Ponderada		86.357.004	86.357.004
Lucro/(Prejuízo) por lote de mil ações - Básico e Diluído - R\$		73,58	(13,53)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**Demonstração do resultado abrangente para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025****(Em milhares de reais)**

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Luco/(Prejuízo) do semestre		6.354	(1.171)
Outros resultados abrangentes	14e	(53)	3
Ativos financeiros mensurados a VJORA		(89)	5
Imposto de renda e contribuição social		36	(2)
Resultado abrangente total		6.301	(1.168)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido para o semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

		Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de lucros		Ajustes de	Lucros/(Prejuízos)	Total
				Legal	Especial	Avaliação Patrimonial	acumulados	
Saldos em 01 de Janeiro de 2025	nota	127.714	4.250	1.171	7.646	-	(4.528)	136.253
Aumento de Capital		4.250	(4.250)	-	-	-	-	-
Dividendos pagos		-	-	-	(1.131)	-	-	(1.131)
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	-	(1.171)	(1.171)
MTM de Títulos mensurados a VJORA		-	-	-	-	3	-	3
Absorção de prejuízos		-	-	-	(5.699)	-	5.699	-
Saldos em 30 de junho de 2025		131.964	0	1.171	816	3	-	133.954
Saldos em 31 de dezembro de 2025		131.964	0	0	0	1	(3.053)	128.912
MTM de Títulos mensurados a VJORA	14e	-	-	-	-	(53)	-	(53)
Lucro do semestre	14b	-	-	-	-	-	6.354	6.354
Destinações:								
Reserva Legal	14b	-	-	165	-	-	(165)	-
Reserva Especial	14c	-	-	-	3.136	-	(3.136)	-
Saldos em 30 de junho de 2026		131.964	-	165	3.136	(52)	-	135.213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
Demonstração dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de Junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do semestre		7.476	4.350
Lucro/(Prejuízo) líquido do semestre		6.354	(1.171)
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido		1.122	5.521
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7g	(328)	9.124
PDD complementar CMN 4966/21 e Res.BCB 352/23	22	-	(4.528)
Depreciações e amortizações		499	550
Provisão/(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens		694	258
Impostos diferidos e correntes		(178)	(26)
(Reversão)Provisões para contingências		435	143
Variação de ativos e passivos		(6.365)	(2.857)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(4.984)	2.014
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários		2.545	5.372
(Aumento)/Redução em Relação Interfinaceiras		(59.598)	23.265
Redução em operações de crédito		55.065	69.802
Redução em outros créditos		(7.872)	(4.701)
Redução/(Aumento) Redução em outros valores e bens		(25.827)	(24.224)
(Redução) em outras obrigações		(1.374)	(6.795)
(Redução) em depósitos a prazo		46.856	(52.498)
Aumento/(Redução) em outros depósitos		(9.351)	(6.319)
(Redução) em recursos de aceites cambiais		(704)	(6.239)
(Redução) em Relações Interfinanceiras		9	(91)
IRPJ e CSLL pagos		(1.056)	(2.300)
Trabalhistas - Processos pagos	13	(74)	(143)
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades operacionais		1.111	1.493
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de Imobilizado		(270)	(6)
Aquisição de Intangível		(573)	(16)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		(843)	(22)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
MTM de títulos mensurados VJORA		(52)	-
Dividendos pagos	14c	-	(1.131)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		(52)	(1.131)
(Diminuição) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		216	340
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	8.756	786
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	4	8.972	1.126
		216	340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Caruana” ou “Instituição”), sociedade anônima de capital fechado, situada na Av. do Café 277, 4º andar conjunto 402 – Torre A, tendo como controladora a Caruana S.A Participações e Empreendimentos, iniciou suas atividades em 26 de fevereiro de 2008 por meio da autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), publicada no Diário Oficial da União no dia 2 de janeiro de 2008.

Em 15 de fevereiro de 2017, fomos autorizados pelo BACEN a prestar serviços de pagamento em arranjos de pagamentos integrantes do Sistema Brasileiro de Pagamentos (SPB), na modalidade de emissora de moeda eletrônica (IP), possibilitando, assim, sua continuidade como administradora de meios eletrônicos de pagamento, originalmente previsto como atividade complementar em seu objeto social.

Os objetivos estratégicos estabelecidos e aprovados pelo BACEN são observados em sua totalidade e consistem na concessão de crédito, financiamento e investimento para o setor de mobilidade urbana, especialmente por meio do crédito direto ao consumidor para financiar a aquisição de ônibus novos e seminovos, bem como na realização de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à sua carteira, de acordo com as disposições legais e regulamentares na condução de seus negócios.

Em 30 de junho de 2026, as atividades da Instituição foram pautadas:

- a) na continuidade e ampliação do seu mercado foco de atuação (empréstimo e financiamento ao setor de transporte coletivo de passageiros e sua cadeia produtiva);
- b) continuidade de sua atuação como Administradora de Meio Eletrônico de Pagamentos; e
- c) comercialização de novos produtos de meio eletrônico de pagamentos (cartão pré-pago e cartão pós-pago), direcionados, exclusivamente, ao setor de atuação da Instituição.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Essas práticas compreendem as disposições da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), e suas alterações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo próprio BACEN e, quando aplicável, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados por meio de atos normativos específicos.

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis pela Administração, baseadas em julgamentos, premissas e informações disponíveis na data de sua elaboração. Dentre os principais elementos sujeitos a estimativas estão: provisões para perdas associadas à realização de ativos e recuperação de créditos, provisões para contingências, avaliação de instrumentos financeiros a valor justo (marcação a mercado), provisões para perdas esperadas com operações de crédito, bem como o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos.

As estimativas e premissas utilizadas são periodicamente revisadas pela Administração, ao menos semestralmente, e podem sofrer alterações em função de novas informações ou mudanças no ambiente econômico e regulatório. Os resultados reais das transações podem divergir das estimativas inicialmente utilizadas, em razão das incertezas inerentes ao processo de mensuração.

Adoção de novas normas:

Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Embora a Resolução CMN nº 4.966/2021 esteja vigente desde 1º de janeiro de 2025, determinados dispositivos relacionados à mensuração de ativos financeiros reestruturados serão aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2027.

Até 31 de dezembro de 2026, a Instituição utiliza a taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros reestruturados. A partir de 1º de janeiro de 2027, o valor contábil bruto desses ativos será recalculado com base no valor presente dos fluxos de caixa contratuais modificados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada, sendo a diferença resultante reconhecida no resultado do período.

A Administração está avaliando os impactos dessa alteração sobre a carteira de operações reestruturadas, incluindo as adequações necessárias nos processos, sistemas, bases de dados e controles internos. Até a data de autorização destas demonstrações financeiras, os possíveis efeitos quantitativos ainda não foram mensurados de forma conclusiva.

Em setembro de 2025, foi emitida a Resolução CMN nº 5.252/25, que estabelece critérios contábeis para a mensuração, o reconhecimento, a baixa e a evidenciação de ativos e passivos de sustentabilidade, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

Considerando a natureza atual das operações da Instituição, a Administração não identificou ativos ou passivos abrangidos pela referida regulamentação e, dessa forma, não espera impactos relevantes decorrentes de sua adoção.

Adicionalmente, foram publicadas Instruções Normativas do Banco Central do Brasil promovendo alterações no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), destacando-se as Instruções Normativas BCB nº 729, nº 734, nº 737 e nº 751, que atualizam rubricas contábeis e procedimentos para elaboração e remessa de informações contábeis e prudenciais. A Administração avaliou os efeitos dessas alterações e concluiu que os impactos se concentram em adequações de sistemas, processos e controles internos, não sendo esperados impactos relevantes sobre os critérios de reconhecimento, mensuração ou evidenciação dos ativos, passivos e do resultado da Instituição.

A Lei Complementar nº 214/2025 regulamentou a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), em substituição gradativa aos tributos incidentes sobre o consumo, conforme cronograma estabelecido na Emenda Constitucional nº 132/2023.

A Administração acompanha a implementação da nova legislação e está avaliando seus impactos sobre os processos operacionais, sistemas, controles internos e procedimentos fiscais da Instituição. Considerando a fase de implementação da reforma e a natureza das operações da Instituição, até a data de autorização destas demonstrações financeiras não foram identificados impactos relevantes sobre os critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de agosto de 2026.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência, considerando rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, **pro rata die**, incidentes sobre os ativos e passivos até a data do balanço.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, sendo os rendimentos relativos a períodos futuros apropriados em contas redutoras dos respectivos ativos ou passivos. Já as operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis, conforme os índices pactuados contratualmente.

b) Disponibilidades e Caixa e equivalentes de caixa

Disponibilidades e caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários em moeda nacional e estrangeira, estas últimas convertidas para Reais pela taxa de câmbio do último dia do mês de fechamento do balanço, conforme divulgado pelo Banco Central do Brasil, bem como por investimentos de curto prazo de alta liquidez, incluindo aplicações interfinanceiras de liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na nota explicativa nº 4.

c) Aplicação interfinanceira de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez está apresentada na nota explicativa nº 5.

d) Instrumentos Financeiros

i) Reconhecimento Inicial

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção das operações de crédito, das operações com características de concessão de crédito e dos depósitos de clientes, é reconhecido contabilmente quando a Instituição se torna parte das disposições contratuais do instrumento financeiro, o que geralmente ocorre na data da negociação.

As operações de crédito e com características de concessão de crédito são reconhecidas na data da liberação dos recursos ao tomador.

A classificação dos instrumentos financeiros no reconhecimento inicial considera os termos contratuais do instrumento e o modelo de negócios adotado pela instituição para a gestão dos ativos e passivos financeiros.

A mensuração inicial é realizada pelo valor justo na data de aquisição, originação ou emissão do instrumento financeiro. Para os instrumentos que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão são incorporados ao valor contábil inicial.

ii) Modelo de Negócio

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base no modelo de negócios adotado pela Instituição para a gestão desses ativos, fazendo com que eles sejam mensurados:

- **Custo Amortizado:** ativos financeiros mantidos para recebimento de fluxos de caixa contratuais, representando pagamentos de principal e juros.
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** ativos financeiros mantidos para recebimento de fluxos de caixa contratuais e venda, quando os fluxos de caixa representam apenas principal e juros.
- **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** ativos financeiros que não atendem aos critérios de classificação anteriores.

Os instrumentos financeiros estão classificados, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Classificação dos instrumentos financeiros	
Compromissadas - Posição Bancada	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio outros resultados abrangentes
Cotas de fundos de investimento	Valor justo meio do resultado
Operações de crédito	Custo amortizado
Depósitos a prazo	Custo amortizado
Letras de câmbio	Custo amortizado
Letras Financeiras	Custo amortizado

iii) Teste de SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros)

Para fins de classificação contábil, os ativos financeiros passam pelo teste de SPPJ, que avalia se os fluxos de caixa contratuais representam unicamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal. Caso não cumpram esse critério, são classificados ao valor justo por meio do resultado.

O modelo de negócios é avaliado considerando a forma de gestão dos ativos, os riscos que afetam o desempenho, a forma de remuneração dos gestores e a forma de avaliação de desempenho reportada à Administração.

iv) Hierarquia do Valor Justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser negociado ou um passivo liquidado, entre partes independentes, conhecedoras do mercado e dispostas a realizar a transação em condições normais e competitivas, na data da mensuração.

A mensuração dos instrumentos financeiros é realizada com base na hierarquia de valor justo, conforme definida a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem, entre outros, títulos públicos federais, ações de companhias abertas, posições em contratos futuros e cotas de fundos de investimento com liquidez imediata.
- Nível 2: Técnicas de avaliação baseadas em dados observáveis, direta ou indiretamente, nos mercados. Abrangem, por exemplo, derivativos negociados no mercado de balcão e cotas de fundos de investimento com liquidez restrita.
- Nível 3: Técnicas de avaliação baseadas em dados não observáveis no mercado, aplicáveis quando não há informações disponíveis relevantes de mercado.

No período de referência, não houve reclassificações entre os níveis da hierarquia de valor justo.

v) Baixa de Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram ou quando ocorre a transferência substancial dos riscos e benefícios associados. Os passivos financeiros são baixados quando extintos contratualmente ou liquidados.

vi) Ativos Financeiros com Problemas de Recuperação de Crédito

São classificados como problemáticos os ativos financeiros que apresentem uma ou mais das seguintes condições:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou encargos contratuais;
- Reestruturação decorrente de renegociação que não atenda aos critérios mínimos definidos pela Instituição para considerar a operação como renegociação regular;
- Decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou atos similares em relação à contraparte, salvo se houver comprovação documental de que a obrigação será integralmente honrada;
- Descumprimento de cláusulas contratuais relevantes; e
- Indicação de deterioração da situação de crédito da contraparte, com aumento significativo do risco identificado nos processos de revisão periódica.

Durante o período em que o ativo se mantiver classificado como problemático, é suspenso o reconhecimento de receitas financeiras que não tenham sido efetivamente recebidas.

Ativos renegociados ou reestruturados podem ser reclassificados como não problemáticos mediante atendimento dos critérios de "cura", conforme política interna, incluindo, mas não se limitando a:

- Ausência de parcelas vencidas;
- Pagamento consecutivo de, no mínimo, 6 parcelas, ou amortização correspondente a pelo menos 5% do valor total da dívida;
- Reversão judicial favorável à Instituição; e
- Reavaliação individual que comprove a ausência de risco relevante.

Nos casos de renegociação com agravamento do risco de crédito — como concessão de carência superior a 3 meses, redução de taxa sem justificativa comercial ou refinanciamento com prejuízo contábil — o ativo será caracterizado como reestruturado.

Casos de falência decretada não admitem reversão da classificação como ativo problemático.

A baixa contábil para prejuízo é realizada quando não houver expectativa razoável de recuperação do crédito e a perda esperada atingir 100% do valor contábil do ativo.

vii) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A Instituição constitui provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme aplicável, para os seguintes instrumentos financeiros:

- Operações de crédito;
- Operações com características de concessão de crédito; e
- Compromissos de crédito e créditos a liberar.

Em atendimento à Resolução BCB nº 352/23 e por integrar o segmento prudencial "S4", a instituição adota a metodologia simplificada para mensuração da perda esperada, baseada na classificação das operações conforme as garantias vinculadas e o nível de inadimplência.

As operações de crédito da instituição estão classificadas nas carteiras C2 a C5.

Carteira C1 – Créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais estrangeiros, bancos centrais, organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento, sem que a Instituições as possua.

Carteira C2 – Créditos garantidos por hipoteca de 1º grau, penhor ou alienação fiduciária de bens móveis, depósitos bancários, ativos financeiros públicos ou emitidos por instituições autorizadas pelo Bacen, garantia fidejussória dessas instituições ou seguro de crédito emitido por entidade não relacionada, nos termos da Resolução CMN nº 4.818/20.

Carteira C3 – Créditos de operações com cessão fiduciária ou caução de recebíveis, com seguro de crédito ou garantias reais ou fidejussórias não enquadradas nas carteiras C1 ou C2.

Carteira C4 – Operações de capital de giro, ACC, ACE, debêntures e outros títulos de empresas privadas sem garantia, além de crédito rural para investimentos sem garantias.

Carteira C5 – Crédito pessoal (com ou sem consignação), CDC, crédito rural não classificado na C4, crédito rotativo e operações mercantis ou com características de crédito sem garantias, não abrangidos nas carteiras anteriores.

A metodologia considera os seguintes conceitos:

Ativos financeiros não problemáticos: ativos que não apresentam problemas de recuperação de crédito. A provisão é calculada conforme os percentuais do Anexo II da Resolução BCB nº 352/23.

Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos: ativos com problemas de recuperação não decorrentes de atraso superior a 90 dias (como operações reestruturadas ou com aspectos qualitativos). Aplicam-se os percentuais do art. 78, inciso II, da Resolução BCB nº 352/23.

Ativos financeiros inadimplidos: ativos com atraso superior a 90 dias. A provisão é calculada com base nos percentuais do Anexo I da Resolução BCB nº 352/23, acrescida dos percentuais adicionais do art. 78, inciso III.

Essa abordagem visa estimar as perdas potenciais de crédito considerando o horizonte temporal de exposição ao risco, conforme exigido pela Resolução BCB nº 352/23.

e) Outros valores e bens

São reconhecidos os bens de uso não próprio na data do seu recebimento pela Instituição e são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução que lhe deu origem ou o valor justo do bem, líquido de despesas.

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do semestre. No primeiro semestre de 2026 não houve redução ao valor recuperável dos ativos financeiros.

f) Imobilizado e intangível

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a., para sistema de processamento de dados e veículos, e 10% a.a., para os demais itens.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados com base em 5 anos, sendo testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

g) Depósitos e letras cambiais/Imobiliárias

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro-rata dia.

h) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e para a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro líquido, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário. O IRPJ é apurado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$ 240, enquanto a CSLL é apurada de acordo com as alíquotas aplicáveis às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI).

A Lei Complementar nº 224, de 26 de dezembro de 2025, alterou a Lei nº 7.689/88 e estabeleceu a majoração gradual da alíquota da CSLL aplicável, entre outras instituições financeiras, às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI). Em decorrência dessa alteração, a alíquota aplicável à instituição passou de 15% para 17,5% em 2026, observadas as disposições e os períodos de vigência estabelecidos na referida legislação.

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e, quando reconhecidos, são mensurados com base nas alíquotas vigentes ou substancialmente vigentes nas datas em que se espera sua realização. A realização dos ativos fiscais diferidos ocorre por meio da utilização e/ou reversão das respectivas diferenças temporárias que lhes deram origem e está fundamentada nas expectativas de geração de resultados tributáveis futuros, considerando os estudos técnicos e as análises da Administração, em conformidade com a regulamentação aplicável.

A Lei nº 14.467/22, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025, estabeleceu novos critérios para fins de dedutibilidade das perdas incorridas no recebimento de créditos, reconhecidas contabilmente de acordo com a Resolução BCB nº 352/23. Os critérios decorrentes dessa norma são aplicáveis ao IRPJ e à CSLL e contemplam, entre outras hipóteses previstas na legislação, a dedutibilidade de perdas relacionadas a créditos inadimplidos e a créditos de devedores em falência ou recuperação judicial. O valor das perdas passível de dedução é determinado de acordo com os critérios e fatores estabelecidos na legislação, considerando, entre outros aspectos, a natureza da operação e as garantias existentes, observadas as restrições de dedutibilidade aplicáveis a determinadas operações, inclusive aquelas realizadas com partes relacionadas ou residentes ou domiciliados no exterior.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com o pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo CPC, obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Provisões e passivos contingentes - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

j) Lucro por ação

Seguindo as orientações divulgadas pelo CPC 41, o lucro por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período - número de ações ordinárias totais com os acionistas no início do período, ajustado pelo número de ações ordinárias readquiridas ou emitidas durante o período, multiplicado por fator ponderador de tempo (número de dias que as ações estão com os acionistas como proporção do número total de dias do período).

Considera-se como data de recebimento a data em que a instituição obteve a posse, o domínio e o controle do bem, observadas as particularidades legais e características de cada tipo de ativo.

k) Resultado Não Recorrente

A instituição considera resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A Administração informa que não houve resultados não recorrentes no semestre findo em 30 de junho de 2026 e 2025.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades em moeda nacional (i)	8.808	8.349
Disponibilidades em Moedas Estrangeiras	164	407
Aplicações em Operações Compromissadas (Nota 5)	39.999	35.015
Total	48.971	43.771
(i) Depósitos de livre movimentação mantidos em instituições financeiras bancárias		

5. Instrumentos Financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada						
Revenda a liquidar-Posição Bancada (LTN) (i)	39.999	-	39.999	35.015	-	35.015
Total	39.999	-	39.999	35.015	-	35.015

- (i) Custodiados no sistema especial de liquidação e custódia (SELIC) e Mensuração - Nível 1 - Obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos, com vencimento em 01/10/2026.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, o resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez foi de R\$ 4.455 (R\$ 3.537 em junho de 2025).

6. Títulos e valores mobiliários

	30/06/2026					
	Vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Ajuste MTM	Mercado/Contábil
Títulos Públicos – LFT (ii)	set/28	-	-	5.162	(25)	5.137
Títulos Públicos – LFT (ii)	set/28	-	-	1.591	(8)	1.583
Títulos Públicos – LFT (iii)	set/28	-	-	11.681	(56)	11.625
Cotas de fundos de investimento (i)	Sem vencimento	1.237	-	-	-	1.237
Total		1.237	-	18.434	(89)	19.582

	31/12/2025					
	Vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Ajuste MTM	Mercado/Contábil
Títulos Públicos – LFT (ii)	mar/27	-	-	12.384	1	12.385
Títulos Públicos – LFT (ii)	set/26	-	8.583	-	9	8.592
Cotas de fundos de investimento (i)	Sem vencimento	1.150	-	-	-	1.150
Total		1.150	8.583	12.384	10	22.127

- (i) Cotas patrimoniais do BNDES para operações com garantias do FGI-TR; e
- (ii) Os títulos possuem negociações ativas e foram ajustados com base nas informações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA, sendo classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, o resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários foi de R\$ 1.382 (R\$ 1.465 em junho de 2025).

7. Operações de crédito

a) Composição das operações de crédito

	30/06/2026					
Operações de crédito	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C4	Carteira C5	Total
Capital de Giro	-	220.757	257.042	-	316	478.115
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	-	425.151	227	-	-	425.378
Desconto de Títulos	-	-	4.377	-	-	4.377
Conta Garantida	-	-	6.586	-	-	6.586
Cartão de Crédito	-	-	-	-	884	884
Total	-	645.908	268.232	-	1.200	915.340

	30/06/2026					
Operações de crédito	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C4	Carteira C5	Total
Outros Créditos						
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	464	464
Total	-	645.908	268.232	-	1.664	915.804
Receitas Diferidas - TJEO	-	-	-	-	-	(1.748)
Total das operações de crédito	-	-	-	-	-	914.056

	31/12/2025					
Operações de crédito	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C4	Carteira C5	Total
Capital de Giro	-	206.751	286.426	-	666	493.843
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	-	484.541	107	-	-	484.648
Desconto de Títulos	-	-	3.352	-	-	3.352
Conta Garantida	-	-	37	-	-	37
Cartão de Crédito	-	-	-	-	1.233	1.233
Total	-	691.292	289.922	-	1.899	983.113
Outros Créditos						
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	357	357
Total – nota 7b	-	691.292	289.922	-	2.256	983.470
Receitas Diferidas - TJEO	-	-	-	-	-	(1.652)
Total das operações de crédito						981.818

b) Classificação das operações de crédito por nível de risco

Classificação da Carteira por Nível de Risco	30/06/2026			
	Ativos não Problemáticos	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	Ativos Problemáticos Inadimplidos	Total
C1	-	-	-	-
C2	595.889	18.986	31.032	645.907
C3	252.773	3.743	11.717	268.233
C4	-	-	-	-
C5	1.129	-	535	1.664
	849.791	22.729	43.284	915.804

Provisão para Perdas Esperadas	30/06/2026			
	Ativos não Problemáticos	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	Ativos Problemáticos Inadimplidos	Total
C1	-	-	-	-
C2	13.243	9.793	21.772	44.808
C3	5.540	3.456	11.276	20.272
C4	-	-	-	-
C5	28	-	413	441
	18.811	13.249	33.461	65.521

Classificação da Carteira por Nível de Risco	31/12/2025			
	Ativos não problemáticos	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	Ativos Problemáticos Inadimplidos	Total
C1	-	-	-	-
C2	634.896	10.888	45.507	691.291
C3	268.431	4.723	16.769	289.923
C4	-	-	-	-
C5	1.671	25	560	2.256
	904.998	15.636	62.836	983.470

Provisão para Perdas Esperadas	31/12/2025			
	Ativos não problemáticos	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	Ativos Problemáticos Inadimplidos	Total
C1	-	-	-	-
C2	13.959	5.225	31.815	50.999
C3	5.701	4.601	16.731	27.033
C4	-	-	-	-
C5	44	13	457	514
	19.704	9.839	49.003	78.546

c) Distribuição das Parcelas por Faixa de Vencimento

	30/06/2026					
	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C4	Carteira C5	Total
Ativos não Problemáticos						
Vencidas acima de 14 dias	-	8.941	1.557	-	56	10.554
A vencer até 3 meses	-	71.260	42.269	-	878	114.407
A vencer até 12 meses	-	208.929	91.310	-	45	300.284
A vencer até 3 anos	-	262.473	94.307	-	90	356.870
A vencer até 5 anos	-	42.483	17.970	-	-	60.453
A vencer até 15 anos	-	1.803	5.361	-	60	7.224
Ativos Problemáticos não Inadimplidos						
Vencidas acima de 14 dias	-	246	191	-	-	437
A vencer até 3 meses	-	652	436	-	-	1.088
A vencer até 12 meses	-	3.258	1.166	-	-	4.424
A vencer até 3 anos	-	12.027	1.778	-	-	13.805
A vencer até 5 anos	-	2.690	171	-	-	2.861
A vencer até 15 anos	-	113	-	-	-	113
Ativos Problemáticos Inadimplidos						
Vencidas acima de 14 dias	-	16.273	9.094	-	472	25.839
A vencer até 3 meses	-	2.694	832	-	22	3.548
A vencer até 12 meses	-	4.715	1.648	-	32	6.395
A vencer até 3 anos	-	6.932	142	-	9	7.083
A vencer até 5 anos	-	419	-	-	-	419
TOTAL	-	645.908	268.232	-	1.664	915.804

	31/12/2025					
	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C4	Carteira C5	Total
Ativos não problemáticos						
Vencidas	-	12.832	4.195	-	52	17.079
A vencer até 3 meses	-	77.314	48.627	-	1.001	126.942
A vencer até 12 meses	-	190.143	94.365	-	122	284.630
A vencer até 3 anos	-	296.909	97.940	-	241	395.090
A vencer até 5 anos	-	56.572	18.021	-	117	74.710
A vencer até 15 anos	-	1.127	5.284	-	138	6.549
Ativos problemáticos não inadimplidos						
Vencidas	-	293	147	-	-	440
A vencer até 3 meses	-	547	351	-	24	898
A vencer até 12 meses	-	2.511	1.749	-	-	4.260
A vencer até 3 anos	-	6.699	2.475	-	-	9.174
A vencer até 5 anos	-	644	-	-	-	644
A vencer até 15 anos	-	195	-	-	-	195
Ativos problemáticos inadimplidos						
Vencidas	-	21.866	10.242	-	560	32.668
A vencer até 3 meses	-	4.153	1.323	-	-	5.500
A vencer até 12 meses	-	8.812	2.591	-	-	11.403
A vencer até 3 anos	-	9.679	2.530	-	-	12.209
A vencer até 5 anos	-	996	83	-	-	1.079
TOTAL	-	691.292	289.923	-	2.255	983.470

d) Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

	30/06/2026	31/12/2025
Transporte	782.775	852.451
Comércio	58.567	37.098
Pessoas físicas	3.302	3.848
Outros Serviços	71.160	90.073
Total	915.804	983.470

e) Concentração dos maiores tomadores de crédito

	30/06/2025			31/12/2025		
	Valor	% sobre Carteira	% Sobre PL	Valor	% sobre Carteira	% Sobre PL
10 maiores devedores	261.660	29%	193,52%	251.749	26%	195,29%
50 seguintes maiores devedores	538.185	58%	398,03%	591.347	60%	458,72%
100 seguintes maiores devedores	114.988	13%	85,04%	138.819	14%	107,68%
Demais devedores	971	0%	0,72%	1.555	0%	1,21%
Total	915.804	100%		983.470	100%	

f) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Operações Crédito.

		30/06/2026			
Carteira		Perda Incorrida	Provisão Adicional	Perda Esperada	Total
C1	Ativos não problemáticos	-	-	-	-
C1	Ativos problemáticos não inadimplidos	-	-	-	-
C1	Ativos problemáticos inadimplidos	-	-	-	-
C2	Ativos não problemáticos	-	13.243	-	13.243
C2	Ativos problemáticos não inadimplidos	-	8.589	1.205	9.794
C2	Ativos problemáticos inadimplidos	18.230	3.039	503	21.772
C3	Ativos não problemáticos	-	5.540	-	5.540
C3	Ativos problemáticos não inadimplidos	-	3.456	-	3.456
C3	Ativos Problemáticos Inadimplidos	10.521	487	269	11.277
C4	Ativos não problemáticos	-	-	-	-
C4	Ativos problemáticos não inadimplidos	-	-	-	-
C4	Ativos problemáticos inadimplidos	-	-	-	-
C5	Ativos não problemáticos	-	19	-	19
C5	Ativos problemáticos não inadimplidos	-	-	-	-
C5	Ativos problemáticos inadimplidos	396	14	2	412
Total		29.147	34.387	1.979	65.513

Outros Créditos

		30/06/2026			
Carteira		Perda Incorrida	Provisão Adicional	Perda Esperada	Total
C5	Ativos não Problemáticos	-	8	-	8
Total		-	8	-	8

Carteira		31/12/2025			
		Perda Incorrida	Provisão Adicional	Perda Esperada	Total
C1	Ativos não Problemáticos	-	-	-	-
C1	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	-	-	-
C1	Ativos problemáticos Inadimplidos	-	13.955	4	13.959
C2	Ativos não problemáticos	-	5.001	224	5.225
C2	Ativos problemáticos não inadimplidos	29.664	2.137	14	31.815
C2	Ativos problemáticos inadimplidos	-	5.701	-	5.701
C3	Ativos não problemáticos	-	4.323	278	4.601
C3	Ativos problemáticos não inadimplidos	15.720	1.010	-	16.730
C3	Ativos problemáticos inadimplidos	-	-	-	-
C4	Ativos não problemáticos	-	-	-	-
C4	Ativos problemáticos não inadimplidos	-	-	-	-
C4	Ativos problemáticos inadimplidos	-	38	-	38
C5	Ativos não problemáticos	-	13	-	13
C5	Ativos problemáticos não inadimplidos	444	11	3	458
C5	Ativos problemáticos inadimplidos	-	-	-	-
		45.828	32.189	523	78.540

Outros Créditos

Carteira		31/12/2025			
		Perda Incorrida	Provisão Adicional	Perda Esperada	Total
C5	Ativos não problemáticos	-	6	-	6
Total		-	6	-	6

g) A provisão para perda esperada apresentou a seguinte movimentação no semestre:

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	78.546	51.051
Adoção Inicial - Res. CMN 4.966 e Res. BCB 352	-	7.754
Constituição	21.374	38.190
Reversão	(21.702)	(18.407)
Baixas de créditos contra prejuízo	(12.697)	(42)
Saldo final	65.521	78.546

A perda esperada é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. O valor reconhecido de reversão de provisão para perda esperada no semestre findo em 30 de junho de 2026 foi de R\$ 328 (provisão de R\$ 9.124 em junho de 2025).

A variação nas baixas de créditos contra prejuízo decorre, principalmente, da adoção dos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966, que substituiu a sistemática anteriormente prevista na Resolução CMN nº 2.682. A partir da nova regulamentação, a baixa considera a expectativa de recuperação dos créditos, conforme critérios definidos pela Instituição, que estabeleceu o prazo máximo de 730 dias para manutenção das operações antes de sua baixa para prejuízo.

h) Operações com cartões de crédito – A Faturar

	30/06/2026					
	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C4	Carteira C5	Total
Outros Créditos						
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	464	464
Total	-	-	-	-	464	464

	31/12/2025					
	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C4	Carteira C5	Total
Outros Créditos						
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	357	357
Total	-	-	-	-	357	357

i) Resultado das operações de crédito

	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de Empréstimos:		
Capital de Giro	54.961	49.696
Cartão de Crédito	285	512
Conta Garantida	685	485
Rendas Desconto de Títulos:		
Desconto de Títulos	702	423
Rendas de Financiamento:		
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	50.134	52.395
Total	106.767	103.511

8. Créditos renegociados e recuperados de prejuízo

a) Renegociados:

	30/06/2026	31/12/2025
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	5.877	29.910
Capital de Giro	18.867	50.845
Total	24.744	80.755

b) Recuperados de Prejuízo:

	30/06/2026	30/06/2025
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	41	-
Cartão de Crédito	24	84
Capital de Giro	40	27
Total	105	111

9. Outros créditos

	30/06/2026	31/12/2025
Ativos fiscais diferidos (a)	55.591	54.011
Impostos e Contribuições a compensar	3.213	2.427
Adiantamento para pagamento de nossa conta	-	4
Imposto de renda a recuperar	-	150
Pagamentos a ressarcir	-	129
Adiantamentos e antecipações salariais	327	56
Adiantamento ao FGC (iii)	4.864	-
Adiantamento por pagto por conta da Instituição	88	-
Títulos e créditos a receber (i) (nota explicativa nº 7h)	464	357
Devedores diversos no País (ii)	1.969	171
(-) Perdas esperadas	(8)	(20)
Total	66.508	57.285

(i) Referem-se às operações de cartão de crédito faturadas e não vencidas e operações a faturar; e

(ii) Refere-se substancialmente a recebimentos de operações de crédito cuja liquidação é concluída em dia subsequente.

(iii) Refere-se à antecipação obrigatória das contribuições ordinárias ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), observadas as disposições da Resolução BCB nº 551/2026 e da Instrução Normativa BCB nº 715/2026 quanto ao tratamento dos valores antecipados.

(a) Ativos Fiscais Diferidos

Os ativos fiscais diferidos do imposto de renda e da contribuição social foram constituídos sobre as diferenças temporárias.

Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 4.842/20 do CMN, o incremento, reversão ou a manutenção dos ativos fiscais diferidos deverá ser avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

Origem e movimentações dos créditos tributários:

	IRPJ Diferenças Temporárias	CSLL Diferenças Temporárias	Total
Saldo em 31/12/2025	33.757	20.254	54.011
Constituição	1.963	4.734	6.697
Realização	-	-	-
	3.020	2.097	5.117
Saldo em 30/06/2026	32.700	22.891	55.591

	IRPJ Diferenças Temporárias	CSLL Diferenças Temporárias	Total
Saldo em 31/12/2024	28.400	17.040	45.440
Constituição	13.917	8.350	22.267
Realização	-	-	-
	8.560	5.136	13.696
Saldo em 31/12/2025	33.757	20.254	54.011

Composição do crédito tributário:

Descrição	Saldo 31/12/2025	Constituições / Reversões	Saldo 30/06/2026
Diferenças temporárias			
Operações de Crédito e Outros Créditos	28.503	-	22.652
Créditos Baixados como Prejuízo - Indedutíveis Temporariamente	22.986	6.787	29.773
Provisão para desvalorização de BNDU	545	329	874
Provisão para processos cíveis, trabalhistas e previdenciárias	1.977	277	2.254
T.V.M.	-	38	38
Total	54.011	1.580	55.591

Descrição	Saldo 31/12/2024	Constituições / Reversões	Saldo 31/12/2025
Diferenças temporárias			
Operações de Crédito e Outros Créditos	20.420	8.082	28.502
Créditos Baixados como Prejuízo - Indedutíveis Temporariamente	22.970	17	22.987
Provisão para desvalorização de BNDU	278	267	545
Provisão para processos cíveis, trabalhistas e previdenciárias	1.772	205	1.977
Total	45.440	8.571	54.011

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.842/20, o reconhecimento contábil dos ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, deve atender, de forma cumulativa, a realização dos créditos tributários e possuir estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A realização dos ativos fiscais diferidos está estimada da seguinte forma:

	30/06/2026		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2026	6.359	4.452	10.811
2027	7.123	4.986	12.109
2028	5.739	4.017	9.756
2029	3.601	2.521	6.122
2030	3.307	2.315	5.622
+ 5 anos	6.571	4.600	11.171
Total	32.700	22.891	55.591

A Administração, com base nas suas projeções de resultados refletidas no estudo técnico aprovado, entende que irá auferir resultados tributáveis em mais de cinco anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações contábeis. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações contábeis. O valor presente dos créditos tributários é estimado em R\$ 41.075, sendo utilizada a taxa média de captação do período de 9,75% a.a.

10. Outros Valores e Bens

	30/06/2026	31/12/2025
Imóveis (bens não de uso)	40.115	40.115
Veículos retomados ou recebidos (bens não de uso)	40.768	13.827
Total	80.883	53.942
Provisão para perdas em veículos retomados ou recebidos (bens não de uso)	(2.056)	(1.362)
Total	78.827	52.580

11. Depósitos e recursos de aceites cambiais

	30/06/2026		
	Depósitos a prazo (*)	Letras de câmbio (**)	Letras Financeiras
PÓS FIXADO			
Até 3 meses	141.750	306	-
De 3 a 12 meses	247.819	149	-
Acima de 12 meses	592.979	16	71
Total Pós Fixado	982.548	471	71

	30/06/2026		
	Depósitos a prazo (*)	Letras de câmbio (**)	Letras Financeiras
PRÉ FIXADO			
Até 3 meses	1.340	-	-
De 3 a 12 meses	2.952	197	-
Acima de 12 meses	4.073	80	-
Total Pré Fixado	8.365	277	-
Total	990.913	748	71

(*) Do saldo de R\$ 990.913 o montante de R\$ 901.116 refere-se a captações em depósito a prazo sem compromisso de liquidez, com taxa média de 113,31% do DI, sendo que o montante de, R\$ 85.005 refere-se à captação com garantia especial do Fundo Garantidor de Crédito (DPGE II - Depósito à Prazo com Garantia Especial), com taxa média de 105,88% do DI. No 1º semestre de 2026 não foram realizadas aplicações financeiras com partes relacionadas.

(**) Do saldo de R\$ 748 o montante de R\$ 470 refere-se a captações em letras de câmbio com taxa média de 116,40% do DI, e estão registradas na CETIP S.A. – Mercados. No 1º semestre de 2026 não foram realizadas aplicações financeiras com partes relacionadas.

(***) Do saldo de R\$ 71 o montante de R\$ 71 refere-se a captações em letras financeira com taxa média de 122,00% do DI, e estão registradas na CETIP S.A. – Mercados. No 1º semestre de 2026 não foram realizadas aplicações financeiras com partes relacionadas.

31/12/2025			
	Depósitos a prazo (*)	Letras de câmbio (**)	Letras Financeiras
PÓS FIXADO			
Até 3 meses	55.494	122	261
De 3 a 12 meses	313.459	639	148
Acima de 12 meses	566.535	15	65
Total Pós Fixado	935.488	776	474
PRÉ FIXADO			
Até 3 meses	3.305	1	-
De 3 a 12 meses	4.228	171	-
Acima de 12 meses	1.035	101	-
Total Pré Fixado	8.568	273	-
Total	944.056	1.049	474

(*) Do saldo de R\$ 944.055 o montante de R\$ 836.584 refere-se a captações em depósito a prazo sem compromisso de liquidez, com taxa média de 114,68% do DI, sendo que o montante de, R\$ 101.490 refere-se à captação com garantia especial do Fundo Garantidor de Crédito (DPGE II - Depósito à Prazo com Garantia Especial), com taxa média de 106,03% do DI. No exercício de 2025 não foram realizadas aplicações financeiras com partes relacionadas.

(**) Do saldo de R\$ 1.049 o montante de R\$ 776 refere-se a captações em letras de câmbio com taxa média de 116,73% do DI, e estão registradas na CETIP S.A. – Mercados. No primeiro semestre de 2025 não foram realizadas aplicações financeiras com partes relacionadas.

(***) Do saldo de R\$ 474 o montante de R\$ 474 refere-se a captações em letras financeira com taxa média de 120,25% do DI, e estão registradas na CETIP S.A. – Mercados. No exercício de 2025 não foram realizadas aplicações financeiras com partes relacionadas.

a) Outros Depósitos

	30/06/2026	31/12/2025
Contas de Pagamento – Pré-Pago	14.979	24.330
Total	14.979	24.330

No semestre findo em 30 de junho de 2026 houve despesa com operações de captação no mercado no montante de R\$ 75.012 (R\$ 71.871 em junho de 2025).

12. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	30/06/2026	31/12/2025
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	1.364	52
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	70	466
Impostos e contribuições sobre salários	390	4
Provisão para impostos e contribuições diferidos	-	362
Total	1.824	884

b) Diversas

	30/06/2026	31/12/2025
Provisão para pagamentos a efetuar	2.104	1.440
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 13b1)	5.305	4.944
Parcelado lojista	140	106
Saldos a ressarcir aos portadores de cartão	258	261
Credores diversos – País	427	2.702
Total	8.234	9.453

13. Provisões, contingências ativas, passivas e obrigações legais

a) Ativos contingentes:

Em 30 de junho de 2026 e 2025, não existem processos classificados pela Administração como ativos contingentes.

b) Processos judiciais classificados como perdas prováveis e obrigações legais:

b.1) Provisões trabalhistas, previdenciárias e cíveis:

São compostas por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e por ex-funcionários de empresas terceirizadas com pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Neste saldo inclui-se: 2 processos de vínculo empregatício no valor de R\$ 2.394, 10 processos de natureza cível no valor de R\$ 220 e 68 contratos de empresas terceirizadas no valor de R\$ 2.691, totalizando o montante de R\$ 5.305 relativos a provisões para cobertura de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários, oriundos dos processos operacionais da Instituição. Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

As provisões cíveis: são compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de Cartões com pedido de indenização por danos morais e danos materiais, entre outros. São efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos.

As movimentações das provisões para riscos e obrigações legais, ocorridas no primeiro semestre de 2026, estão abaixo apresentadas:

	30/06/2026			31/12/2025		
	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis	Total	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis	Total
Saldo no início do semestre/exercício	4.797	146	4.943	5.083	84	5.167
Constituições	-	-	-	495	121	616
Pagamentos	(51)	(23)	(74)	(210)	(38)	(248)
Atualização	385	113	498	(29)	1	(28)
Reversão	(46)	(16)	(62)	(543)	(20)	(563)
Saldo no final do semestre/exercício	5.085	220	5.305	4.796	148	4.944

c) Processos judiciais classificados como perdas possíveis:

Em 30 de junho de 2026 os processos judiciais classificados como perdas possíveis estão representados por 2 processos de natureza trabalhista no valor de R\$ 947 (R\$ 883 em 31 de dezembro de 2025) e 25 processos de natureza cível no valor de R\$ 2.321 (R\$ 2.283 em 31 de dezembro de 2025) que somam R\$ 3.268 (R\$ 3.166 em 31 de dezembro de 2025) com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis estão representados, substancialmente, pelos processos de (i) ações revisionais de juros de contratos de empréstimos e financiamentos e (ii) ações indenizatórias decorrentes da realização de operações financeiras.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social:

O capital social em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 131.964, representado por 86.357.004 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal.

b) Destinação do resultado

O resultado apurado no semestre foi de R\$ 6.354, o qual, após a absorção dos prejuízos no montante de R\$ 3.053 teve a seguinte destinação do seu saldo, no montante de R\$ 3.301:

Reservas de lucros:

Reserva Legal: Foi constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193, da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No semestre findo em 30 de junho de 2026 foi constituído reserva no montante de R\$ 165.

Reservas Especial de Lucros: Composta por lucros obtidos a serem destinados em Assembleia Geral Ordinária. No semestre findo em 30 de junho de 2026 foi constituída uma reserva no montante R\$ 3.136.

c) Dividendos

No primeiro semestre de 2026, não houve distribuição de dividendos (em 2025 foi apurado prejuízo, motivo pelo qual não houve destinação), tendo o saldo remanescente de lucros mantido em reserva especial de lucros.

d) Remuneração do capital próprio:

No semestre findo em 30 de junho de 2026, não houve pagamento de Juros sobre Capital Próprio.

As informações estão aderentes a Resolução nº 4.820, do CMN de 29/05/2020.

e) Outros resultados abrangentes

	30/06/2026	30/06/2025
Ajustes de avaliação patrimonial		
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	(89)	5
Efeito tributário	36	(2)
Total	(53)	3

15. Receitas de prestação de serviços

	30/06/2026	30/06/2025
Tarifas sobre operações de crédito	2.489	2.638
Tarifas sobre cartão	1.099	1.217
Receita comissões	35	50
Total	3.623	3.905

16. Outras receitas/despesas operacionais

a) Outras receitas operacionais

	30/06/2025	30/06/2025
Outras rendas operacionais	85	13
Total	85	13

b) Outras despesas operacionais

	30/06/2026	30/06/2025
Atualização de impostos	(433)	(27)
Provisões passivas	(45)	(734)
Outras despesas operacionais	(37)	(494)
Total	(515)	(1.255)

17. Outras despesas administrativas

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de processamento de dados	(10.178)	(8.978)
Despesas com serviços técnicos especializados	(2.734)	(2.540)
Outras despesas administrativas	(2.452)	(2.328)
Despesas de serviços de terceiros	(2.278)	(2.070)
Despesas com aluguéis	(2.331)	(1.813)
Despesas com honorários da diretoria	(1.593)	(1.554)
Despesas com veículos apreendidos	(1.328)	(1.339)
Despesas de viagens no País	(1.135)	(697)
Despesas do serviço financeiro	(531)	(635)
Despesas com depreciação e amortização	(498)	(550)
Despesas de comunicação	(446)	(440)
Despesas de propaganda e publicidade	(107)	(155)
Despesas de publicações	(37)	(74)
Despesas com relações públicas	(236)	(40)
Total	(25.884)	(23.213)

18. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

Descrição	30/06/2026		31/12/2025	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Buspay S.A. – capital de giro	6.081	594	5.859	557
Caruana S.A. – Participações e Empreendimento (i) - capital de giro	1.972	169	1.803	163
Soma Participações S.A. – capital de giro	407	56	890	67
H.I.M. Empreendimentos e Participações S.A. – capital de giro	3.758	479	4.030	481
Total	12.218	1.298	12.582	1.268

(i) Controlador.

b) Remuneração da Administração

Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R\$ 1.593 em 30 de junho de 2026, (R\$ 1.554 em 30 de junho de 2025).

A Instituição concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não monetários, tais como assistência médica, vale alimentação e refeição. A Instituição não concede benefícios pós-emprego ou outros programas de remuneração de longo prazo.

19. Imposto de renda e contribuição social – Corrente e diferido

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado antes do IRPJ e CSLL	6.176	(1.197)
Adições	26.487	21.672
Exclusões	(29.418)	(10.227)
Base de cálculo	3.245	10.248
Alíquota vigente (nota explicativa nº 2.f)	40%	40%
Outras deduções	(15)	(80)
Efeito majoração alíquota (i)	81	-
Imposto de renda e contribuição social	1.364	4.020
Efeito do IRPJ e CSLL diferido		
Sobre Diferenças temporários primeiro semestre 2026	(1.542)	4.046
Diferenças Temporárias – Efeito Resolução CMN nº 4.966/21	-	3.104
Imposto de Renda e da Contribuição Social	(1.542)	7.150

- (i) A Lei Complementar nº 224, de 26 de dezembro de 2025, alterou a Lei nº 7.689/88 e estabeleceu a majoração gradual da alíquota da CSLL aplicável, entre outras instituições financeiras, às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI). Em decorrência dessa alteração, a alíquota aplicável à instituição passou de 15% para 17,5% em 2026, observadas as disposições e os períodos de vigência estabelecidos na referida legislação.

20. Limites operacionais

A Instituição encontra-se enquadrada nos limites operacionais, apresentando a seguinte posição:

Limites operacionais	30/06/2026		
	Exigência (Limite)	Situação	Margem
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA - Resolução nº 4.958/21 (*)	80.844	135.251	54.407
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA - Resolução nº 4.958/21 (*)	60.633	135.251	74.618
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA - Resolução nº 4.958/21 (*)	45.475	135.251	89.776
Adicional de Capital Mínimo Requerido para RWA – Resolução nº 4.958/21 (*)	25.264	54.407	29.143
Índice de imobilização - Resolução nº 4.957/21 (*)	67.625	1.157	66.468
PL realizado mínimo - Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	135.213	128.213
Capital realizado mínimo - Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	131.964	124.964
Índice Basileia	10,50%	13,38%	2,88%

Limites operacionais	31/12/2025		
	Exigência (Limite)	Situação	Margem
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA - Resolução nº 4.958/21	83.496	130.330	46.834
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA - Resolução nº 4.958/21	62.622	130.330	67.708
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA - Resolução nº 4.958/21	46.966	130.330	83.364
Adicional de Capital Mínimo Requerido para RWA – Resolução nº 4.958/21	26.093	46.834	20.741
Índice de imobilização - Resolução nº 4.957/21	65.165	3.039	62.126
PL realizado mínimo - Resolução nº 5.237/25	7.000	128.911	121.911
Capital realizado mínimo - Resolução nº 5.237/25	7.000	131.964	124.964
Índice de Basileia	10,50%	12,49%	1,99%

21. Processo de Gestão, Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e Ouvidoria

a) Governança:

A Administração da Caruana entende que decisões colegiadas são fundamentais para a evolução da Instituição. Dessa forma, por meio de políticas, realizou a constituição de Comitês e Grupos de Trabalho, formados por componentes da própria Administração e por Gestores Seniores. Continuamos acreditando nos processos de gestão e que tal acultramento leva a Instituição às melhores práticas de governança corporativa estruturado de forma a garantir a devida segregação de interesses fundamentado nos princípios da transparência, estabilidade e eficiência operacional, necessários para o direcionamento da instituição em sua trajetória de crescimento e criação de valor.

b) Controles Internos:

A Instituição vem desenvolvendo e aperfeiçoando os sistemas de Controles Internos, compatíveis com o tamanho e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos pela organização, tornando-os acessíveis a todos os colaboradores, assegurando que sejam conhecidos todos os processos e as responsabilidades atribuídas em seus diversos níveis. A instituição conta com ferramenta informatizada, sob gestão da Área de Controles Internos, cujo objetivo é acompanhar a execução dos controles relevantes e obrigatoriedades legais e regulamentares. Além disso, a área participa de diversas atividades, tais como, a normatização e padronização de políticas institucionais dos principais processos organizacionais, acompanhamento de mudanças legais que possam impactar as atividades e diretrizes organizacionais e o monitoramento de movimentações financeiras, à luz da normatização de prevenção à lavagem de dinheiro.

Para atendimento aos requisitos do Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (“PLD”), contemplamos nas rotinas diárias, sistemas, procedimentos e controles para as operações, de forma a normatizar, acompanhar, monitorar e agir nos casos suspeitos de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo, detecção e prevenção de operações cujas características possam indicar a existência de crimes por lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores conforme a Lei nº 9.613/98, com a atuação sob a responsabilidade da unidade de Compliance e Controles Internos da Caruana, adotando sistemas de controles e de monitoramentos sobre operações ativas e passivas, imprimindo especial atenção à função cadastro, com a finalidade de prevenir a realização de operações que possam contrariar a regulamentação da prevenção à lavagem de dinheiro, entendendo ser sua responsabilidade subsidiária atuar no combate a operações da espécie.

A nossa estrutura proporciona, de forma independente e autônoma das demais áreas, a segurança operacional e confiabilidade, visando a busca da conformidade por meio de ações corretivas e preventivas necessária para a tomada de decisão do Comitê de PLD.

c) Gerenciamento de Riscos:

No gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, e na gestão de capital, estamos realizando o acompanhamento e monitoramento com a frequência necessária à segurança das operações.

Os investimentos complementares realizados no período são compatíveis com o tamanho e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos. A estrutura de Gerenciamento de Riscos da Caruana é composta pelo Gestor de Riscos, Grupo de Levantamento e Monitoramento de Riscos, Comitê de Riscos e Diretor Responsável por Gestão de Riscos, caracterizando-se pela atuação complementar e integrada de forma a suportar, avaliar e monitorar os processos, procedimentos e controles relacionados ao gerenciamento dos riscos. O detalhamento dos processos e as informações pertinentes à gestão de riscos, conduzidos pela Caruana, conforme determina a regulamentação em vigor, se encontram disponibilizados em relatório de acesso público, em nossa página da internet, na rede mundial de computadores.

Além disso, a Caruana utiliza tecnologias e ferramentas já existentes na atual estrutura, adaptadas às necessidades do mercado brasileiro, com o propósito de identificar, monitorar e mitigar, de maneira efetiva e contínua, com base no conjunto de normas e procedimentos, de ordem interna e externa, assegurando o cumprimento das determinações legais e regulamentares, com as melhores práticas de mercado.

d) Ouvidoria:

Atenta aos direitos do consumidor, a Caruana mantém a Ouvidoria como canal de comunicação para o registro das manifestações dos clientes (www.caruanafinanceira.com.br), buscando soluções tempestivas e mediando os conflitos, de acordo com as necessidades e exigências dos clientes. Entendemos que a Ouvidoria é um importante instrumento de gestão de processos, de qualidade dos serviços oferecidos aos nossos clientes e de controles internos. Os canais são divulgados nos instrumentos contratuais, bem como nos ambientes de visita física e eletrônica dos nossos clientes (escritório e página de internet), atendendo, registrando, esclarecendo e analisando às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços, bem como encaminhando as respostas conclusivas aos demandantes das ocorrências. Elaboramos e disponibilizamos à auditoria interna e a Diretoria da instituição, semestralmente, relatório das atividades desenvolvidas pela ouvidoria.

22. Análise de sensibilidade

Em cumprimento ao artigo 35, da Resolução BCB nº 2/20, a instituição realizou análise de sensibilidade através da aplicação do programa de Teste de Estresse, adotando os seguintes cenários descritos abaixo:

Cenário I:

Aumento de uma faixa de atraso para as operações adimplentes, considerando 10% da carteira

Cenário II:

Aumento de uma faixa de atraso para as operações adimplentes, considerando 20% da carteira

Cenário III:

Aumento de duas faixas de atraso para as operações adimplentes, considerando 10% da carteira

Efeitos no Resultado				
	Exposição Atual	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Risco de crédito	915.804	(2.450)	(4.901)	(7.434)

23. Eventos Subsequentes

Não houve eventos subsequentes até a data de aprovação das demonstrações contábeis.

A Administração

David da Silva Teodoro
Contador CRC SP 324105/O-0